



Em **Sociedade**

## A dialética Global-Local: natureza, sociedade e trabalho no processo de formação da comunidade dos Jorge<sup>1</sup>

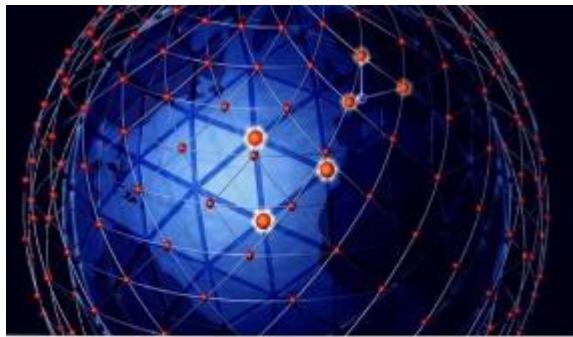
*Frederico Magalhães Siman<sup>2</sup>.  
Marcelo Leles Romarco de Oliveira<sup>3</sup>.*

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo apoio na realização dessa Pesquisa. Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Cientista Social, Especialista em Estudos de Impactos e Licenciamento Ambiental, Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ, 2015) e Doutorando em Extensão Rural (PPGER/UFV).

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais com ênfase em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ). Professor do Departamento de Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.



## Resumo

Neste artigo, realizamos uma análise do processo de territorialização da comunidade quilombola dos Jorges, localizada no município de Peçanha, pertencente a bacia do rio Doce, no Leste do estado de Minas Gerais. Buscamos compreender como que, ao longo do tempo, este grupo familiar, em interação com o seu meio biofísico e social, produziu o seu espaço, o seu lugar. Em preendemos, num primeiro momento, um esforço de reflexão sobre a relação global-local na contemporaneidade e suas expressões na produção do espaço e configurações territoriais. Num segundo momento, tratamos dos aspectos históricos, econômicos e ambientais que atravessam o processo de formação da comunidade. Para essa descrição, recorremos aos dados produzidos, entre 2014 e 2020, coletados por meio de observação participante, técnicas de diagnóstico participativo e entrevistas. Por fim, a título conclusivo, versamos sobre os aspectos do processo de formação da comunidade que evidenciam a articulação entre global e local e as verticalidades e horizontalidades que permeiam a formação do território que constrói e habita.

**Palavras-chave:** comunidade quilombola; peçanha; territorialização; resistência camponesa.

## Abstract

In this article, we carry out an analysis of the territorialization process of the rural black community of the Jorges family, located in the municipality of Peçanha, belonging to the Doce River basin, in the eastern part of the state of Minas Gerais. We seek to understand how, over time, this family group, in interaction with its biophysical and social environment, produced its space, its place. We undertake, at first, an effort to reflect on the global-local relationship in contemporaneity and its expressions in the production of space and territorial configurations. In a second moment, we deal with the historical, economic and environmental aspects that cross the process of community formation. For this description, we used the data produced between 2014 and 2020, collected through participant observation, participatory diagnostic techniques and interviews. Finally, in conclusion, we deal with aspects of the community formation process that show the articulation between global and local and the verticalities and horizontalities that permeate the formation of the territory that it builds and inhabits.

**Keywords:** quilombola community; peçanha; territorialization; peasant resistance.



## 1 INTRODUÇÃO

O processo de colonização, mais do que uma aventura econômica/religiosa europeia, foi um movimento de reconfiguração territorial. Desenvolvido por meio de mecanismos extraeconômicos que remontam à acumulação primitiva, tal como tratado por Marx (1977), a expropriação territorial (pilhagem da natureza) e a superexploração do trabalho humano, processada neste período, se apresentou como forma estruturante ao processo de desenvolvimento do capitalismo enquanto um sistema mundial (AMIN, 1976; FRANK, 1977; MARINI, 2005).

A partir desse processo originário, o mundo se polarizou, a grosso modo, entre uma periferia produtora de matéria prima e um centro — representado exclusivamente pela Europa até o início do século XX —, investidor de capital, produtor de manufatura e circulador de mercadoria (FRANK, 1977; MARINI, 2005).

O desenvolvimento e a consolidação do moderno sistema mundial exigiram, dos diferentes campos disciplinares, o tratamento sobre a relação sociedade-natureza e a elaboração de interpretações para compreender quando, como e porque as transformações espaciais foram se desenvolvendo no interior dos Estados Nacionais. O chamado processo de globalização foi, assim, abordado por várias vertentes. Mas fora no campo da geografia que germinaram algumas das abordagens mais frutíferas, sobretudo quando se trata das transformações espaciais. Pela própria experiência subordinada da formação histórica, a polarização Norte-Sul, Global-local, se valeu de análises com intensidades e qualidades particulares a partir da periferia do sistema.

O esforço de análise que empreendemos se situa nas discussões sobre a relação global-local na contemporaneidade e suas expressões na produção do espaço, isto é, no debate acerca do processo de acumulação de capital, da emergência de um sistema mundial capitalista e das transformações territoriais. Em particular, propomos levantar elementos metodológicos, teóricos e empíricos voltados à compreensão do processo de formação da comunidade dos Jorge, uma comunidade Quilombola constituída no território da “zona” ou “região” de clima frio do município de Peçanha, localizado na bacia do rio Doce, no Leste do estado de Minas Gerais. Em suma, esse trabalho tem por objetivo trazer uma reflexão sobre o processo de territorialização desta comunidade.

Para tanto, trazemos de início uma breve reflexão sobre a abordagem da relação global-local, seguido de um recorte metodológico para subsidiar a compreensão da produção do espaço



e sua relação com o trabalho, a territorialidade e a dialética macro-micro na construção dos lugares. Num segundo momento, precedido por uma nota sobre procedimentos metodológicos, o esforço recai sobre os dados empíricos produzidos a partir de pesquisas realizadas entre os anos de 2013 a 2014 e 2018 a 2020, envolvendo questões acerca da mudança agroambiental e da reprodução socioambiental do campesinato negro no Brasil contemporâneo, especificamente na comunidade dos Jorge da Água Branca.

## **2 A RELAÇÃO GLOBAL-LOCAL**

Na década de 1980, numa abordagem globalista, o geógrafo Milton Santos tratava da universalização do mundo e da universalização da produção, das trocas, do capital, da mercadoria, dos preços, do dinheiro, das finanças e dívidas, do modelo de utilização dos recursos técnicos, do trabalho, do ambiente, das firmas e economia, dos gostos, do consumo, da alimentação, da cultura, de modelos de vida social, da racionalidade do capital, da ideologia mercantil, do espaço, da sociedade e do homem. Como elaborou, “Vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes, aquelas que utilizam esse trabalho científico universal previsto por Marx” (SANTOS, 1988, n.p).

Esta abordagem de Santos (1988), em consonância com as interpretações da economia política associada às teorias e abordagens concernentes à dialética do sistema mundial, traz questões e elementos responsivos importantes sobre as mudanças na relação entre sociedade e natureza, bem como do caráter espacial da expansão capitalista, suas reconfigurações territoriais e mudanças na paisagem. Todavia, o esforço holístico do premiado geógrafo brasileiro, dada a ênfase nas forças universalistas da globalização, acabara, num momento inicial, por conceber o local como um lugar completamente sujeito aos imperativos e penetração das forças transformadoras globais.

Outros campos disciplinares das ciências sociais, cujos procedimentos metodológicos conduzem majoritariamente a análises microscópicas, se empenharam em relativizar as forças universalizantes e evidenciar a complexidade que tangencia o movimento de rupturas e continuidades no âmbito local. A partir da antropologia, numa perspectiva crítica às abordagens globalizantes, Escobar (2005) reivindica o “lugar” enquanto dimensão política e sociológica



fundamental para se pensar o processo de mundialização, e trata a sua marginalização e “desaparecimento” como uma questão epistemológica. A supervalorização do global (espaço) em detrimento do local (lugar) se configura, para o autor, como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social, meio que podemos conceber como uma espécie de constructo instrumental para a dominação ideológica.

No campo da geografia, a nova geografia cultural, que incorporou à abordagem geográfica os elementos subjetivos da produção espacial, teve importante papel no movimento de observação da (re) valorização do local, como bem explicita a passagem de Claval:

A uniformização das técnicas não cessou de se afirmar, mas a resposta de populações que veem se dissolver algumas das marcas mais antigas de suas identidades é mais forte do que se esperava. As pessoas têm o sentimento de que seu ser profundo está ameaçado pela padronização dos tipos de vida e dos produtos. Elas começam a procurar novas fontes de identidade (CLAVAL, 1999, p. 62).

Numa genuína expressão do método dialético, talvez diante da concretude das resistências impostas pelos lugares, pelas localidades e sua gente, Milton Santos (2005) traz o “lugar” como o *lócus* da possibilidade de construção de ações e projetos distintos e alternativos aos atores hegemônicos. A compreensão do papel do lugar na produção da história se torna, segundo ele, a grande tarefa dos geógrafos no fim do século XX. Sem medo de errar, diríamos que, certamente, constitui a principal tarefa das ciências sociais na contemporaneidade.

Toda a reflexão sobre as dialéticas global-local/ espaço-lugar, compreendendo interações que compõem um mesmo sistema que toma movimento a partir de oposições e colaborações elementares, imputa questões que remetem aos limites, influências e interferências entre os extremos escalares. Neste sentido, Escobar traz a noção de Glocal, em referência à Dirlik (2000), que “é uma primeira aproximação que sugere uma atenção equânime para a localização do global e para a globalização do local” (ESCOBAR, 2005, s/p).

Em suma, tal como podemos apreender, a partir de Eric Wolf (2005), em “A Europa e os povos sem história”, o desafio das ciências sociais na contemporaneidade é compreender o processo histórico de acumulação enquanto um movimento global que reorganiza a vida das populações locais, não constituído somente por forças imperativas, mas também de forças reativas, ativas e não passivas.



A compreensão do processo de formação de um sistema mundial capitalista e das reconfigurações socioespaciais, observadas sob as mais diversas escalas, pode ser acessada, na perspectiva deste artigo, por meio da investigação das mudanças na relação sociedade-natureza, historicamente situadas e espacialmente delimitadas, envolvendo os grupos, povos e comunidades que criam e recriam, ao longo do tempo, distintas e contraditórias relações territoriais. Através da abstração teórica sobre o papel do trabalho na produção do espaço, buscamos as pistas heurísticas para lidar com as dialéticas global-local/ espaço-lugar, no movimento histórico de formação da comunidade quilombola dos Jorge.

### ***3 RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO***

As relações que se estabelecem entre natureza e sociedade, natureza e cultura, criação e produção, obra e produto, se desenvolvem de forma dialética, histórica e, portanto, processual. Mas, também, por meio de bases materiais concretas. Nesse sentido, as relações sociais e a produção e apropriação dos espaços requer elementos concretos, materiais, com estruturas e funções delimitadas. Por sua vez, essa concretude se mostra fundamental às dimensões simbólicas e às representações sobre o espaço, que dialeticamente interagem com a sua materialidade, dando a ela seus formatos.

Conforme trabalhado por Lefebvre (2006), na produção do espaço, o espaço é tanto meio de produção (natureza), quanto produto. A produção do espaço, nesse sentido, encerra-se em espaço social. Desta forma, a dialética que caracteriza a produção do espaço se expressa na multiplicidade de espaços sociais, suas permanências, mutações e acomodações. A análise total requer o reconhecimento da diversidade espacial e de sua interatividade. “Nenhum espaço não desaparece, no curso do crescimento e do desenvolvimento. O mundial não revoga o local” (LEFEBVRE, 2006, p. 129). Há, conforme o autor, uma coopenetração e/ou superposição estrutural entre os espaços sociais. Portanto:

[...] cada lugar social só pode então ser compreendido segundo uma dupla determinação: conduzindo, arrastando, às vezes rompido pelos grandes movimentos – os que produzirão interferências – mas, em contrapartida, atravessado, penetrado pelos pequenos movimentos, os das redes e filiais (LEFEBVRE, 2006, p. 131).



O princípio da interpenetração trabalhado por Lefebvre (2006), que evidencia os espaços sobrepostos, explicita o processo de dominação e apropriação espacial. Para ele, há de se distinguir a *apropriação*, associada à satisfação das necessidades existenciais de um grupo, da *possessão*, que é o desvio da “atividade” apropriativa e remete à propriedade. Nessa linha, o processo de acumulação implica na separação do apropriado do dominado, e a consequente dominação da apropriação, relação que conforma a contradição estrutural da produção do espaço. Se o campo da dominação se aproxima da acumulação, o campo da apropriação se aproxima da reapropriação.

O debate sobre território na geografia e nas ciências sociais acompanhou os processos de mudança social, adquirindo especificidades na contemporaneidade. Se, inicialmente, o conceito de território estava circunscrito ao conceito de Estado-Nação, atualmente possui uma acepção muito mais abrangente, o que inclui a dimensão relacional na produção do espaço e a diversificação das escalas geográficas e temporais. Embora possamos considerar que haja, talvez, uma apropriação e mobilização do conceito de território, em perspectiva polissêmica, observa-se uma convergência substantiva: a temática do poder (RÜCKERT, 2005). O poder, nos contornos deste texto, está associado ao trabalho, suas técnicas e seus produtos. Mais do que isso, ao controle desses elementos.

Para Raffestin (1993), o espaço é a natureza, algo “dado”, matéria-prima que independe da ação humana para sua geração. Apresenta-se como o ponto de partida da produção do território. Como “palco” das relações de produção, está intrinsecamente ligado às relações de poder. Como *locus* da transformação da natureza, é realizado através de práticas e conhecimentos, que, como tais, se fundamentam em sistemas de significados. Todavia, embora tais sistemas sêmicos, como chama Raffestin (1993), sejam produtos e produtores de representações do espaço, elas não deixam de estarem marcadas pela infraestrutura, isto é, pelos modos de produção, suas forças de trabalho e relações de produção.

Portanto, na perspectiva de Raffestin (1993), a territorialidade, enquanto uma relação estabelecida entre os sujeitos sociais e o território, possui uma fundamentação material (produção, troca e consumo) que está associada à satisfação de determinadas necessidades sociais, em tempo e local específico, por meio de relações assimétricas ou simétricas, de proximidades ou distanciamentos. “A territorialidade se manifesta em todas as escalas



espaciais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face viviva’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162).

Santos (1988), embora tal como Raffestin (1993) considere que o espaço antecede a ação humana, o traz também como produto da interação com os objetos (naturais ou artificiais), definindo-o como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 289). Embora Santos (2005) tenda a abordar o território por uma dimensão mais rígida, como a do Estado-Nação, não oferece objeções conceituais e analíticas à abordagem do território enquanto categoria de análise de escalas e dimensões variadas. A sua preocupação é com o uso dos territórios e não com o território em si. O território, formado pela interação de objetos e ações, “sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 138). Os instrumentais analíticos por ele desenvolvidos podem ser aplicados em diversos contextos e escalas. Cabe, para fim de operacionalização do estudo de caso a ser exporto a seguir, trazê-los brevemente.

As transformações socioespaciais decorrentes dos rumos que tomou o processo de globalização a partir da década de 1980, Era da Informação e do regime de acumulação neoliberal, implicaram numa série de reconfigurações nas relações entre Estados, regiões, corporações, empresas, localidades, trabalhadores, agências multilaterais, e outros atores, agentes e recortes geográficos e socioespaciais. Consolidou-se, em síntese, a transnacionalização.

Santos (2005; 2006) traz dois recortes resultantes do que ele denomina de nova construção do espaço e do novo funcionamento do território: as horizontalidades e as verticalidades. As horizontalidades são fundamentadas nas contiguidades, na vizinhança, na continuidade territorial, nos “espaços banais” e de todos. São caracterizadas pelas forças centrípetas, que resultantes dos processos econômicos e sociais, induzem à agregação. Está associada, tanto à produção *in loco*, quanto às relações intersubjetivas. São, por fim, fatores de convergência, historicamente associadas à ideia de região (SANTOS, 2001), o que podemos ampliar para a ideia de um recorte mais localizado.

Já as verticalidades, caracterizadas pela interação entre pontos distantes uns dos outros, ligados pelas formas e processo sociais, associada à formação de redes e ao Mundo, se instituem por uma racionalidade universal comandada por alguns poucos. O recorte vertical é a morada das forças centrífugas, exógenas e desagregadoras. Comparadas ao passado, são



desarticuladoras. Mas, são rearticuladoras quando situadas no processo histórico. São exemplos desses fatores longínquos, “o comércio internacional, as demandas da grande indústria, as necessidades do abastecimento metropolitano, o fornecimento dos capitais, as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais e estrangeiras” (SANTOS, 2006, p. 194).

A formação dos territórios, segundo Santos (2001; 2006), se realiza nas interações dos lugares contíguos e lugares em rede, entre as forças centrípetas e centrífugas, o que pode ser interpretado como solidariedades que criam verticalidades e horizontalidades. Essa relação promove um acontecer simultâneo, que engendra novas solidariedades. Ele acontece por meio de três formas: acontecer homólogo; acontecer complementar; acontecer hierárquico.

O acontecer homólogo está associado às similitudes de atividades e contiguidades funcionais, como se desenvolve nas produções modernizadas em áreas agrícolas ou urbanas. O acontecer complementar relaciona-se às necessidades modernas da produção e ao intercâmbio geograficamente próximo, como se dão na relação entre cidade-campo e relação cidade-cidade. Ambos estão associados à produção, seja por demandas externas, seja por intenções e necessidades endógenas. São geradores de forças centrípetas e, portanto, de horizontalidades.

O acontecer hierárquico associa-se ao comando e a produção do comando por meio de uma organização, tendencialmente concentrados. Produtor de forças centrífugas, expressa a intervenção exógena, fundada em informações universalistas, restrita a alguns, instrumento de poder por tal. O acontecer hierárquico relaciona-se às verticalidades próprias das esferas de circulação, distribuição e consumo.

Sem dúvida alguma, o processo de formação da comunidade dos Jorge, que a partir de agora trataremos mais minuciosamente, foi historicamente atravessado por horizontalidades e verticalidades, que certamente influíram na relação sociedade-natureza experenciada, produzida e reproduzida, de forma mais ou menos autônoma ao longo do tempo. Mas a incorporação do território da zona fria de Peçanha à lógica e estratégias de reprodução das cadeias da Siderurgia e de Papel e Celulose, a partir da década de 1970, e a consequente expansão das monoculturas de eucalipto no interior da comunidade, a partir da década de 1990, reconfigurou as interações e inter-relações no lugar, forjando novas solidariedades.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



A pesquisa, cuja parte dos resultados compartilhamos neste artigo, envolve dois momentos de levantamento sistemáticos de dados na comunidade dos Jorge. Um primeiro, entre 2013 e 2015, e um segundo, entre 2018 e 2020<sup>4</sup>. O primeiro, relativo à produção de dissertação de mestrado. O segundo, no contexto de produção de tese de doutoramento.

A comunidade dos Jorges, como é localmente conhecida, está localizada no município de Peçanha, região Leste do estado de Minas Gerais. Situada no domínio da Floresta Atlântica, Peçanha, com uma população estimada de 17.534 pessoas, está localizada na bacia do rio Suaçuí (composta pelas bacias rios Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno e Corrente), componente da porção média da bacia do rio Doce. Distante cerca de 10 km da sede municipal, a comunidade dos Jorge está, desde a década de 1940, assentada no entorno do córrego dos Jorges, cujas águas vertem para o ribeirão Água Branca, curso tributário do rio Suaçuí Pequeno, componente da bacia do Suaçuí e afluente direto do rio Doce.

A comunidade dos Jorge possui 33 unidades domésticas, em sua maior parte com laços de parentesco entre si. Se organiza, do ponto de vista econômico, por meio de combinação de processos econômicos que envolvem o policultivo agrícola, para autoconsumo e comercialização, o cultivo arbóreo de eucaliptos para produção de papel e celulose e carvão vegetal, e o trabalho assalariado, contínuo ou por diária. Em agosto de 2018, por meio de mobilização da Associação Comunitária dos Jorges de Água Branca, a comunidade conquistou a certificação do autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, expedido pela Fundação Cultural Palmares.

Como procedimento de pesquisa, foi realizada, para além de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, a documentação direta (MARCONI; LAKATOS, 2003), que consistiu em trabalho de campo, onde instauramos uma interlocução direta com a comunidade, por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas e oficinas participativas.

<sup>4</sup> O primeiro momento gerou a dissertação de mestrado intitulada: “Nas matas de Peçanha: campesinato e fomento florestal no processo de mudança agroambiental”, defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade – CPDA/UFRRJ. Para a dissertação, a pesquisa empírica realizada abrangeu quatro localidades (córregos) da parte Sul do município de Peçanha. Não obstante termos conhecido e realizado levantamento de informações e dados históricos sobre as dinâmicas econômico-produtiva e ambiental das quatro comunidades, umas delas, a dos Jorge, foi palco de uma vivência mais estreita, se tornando local de pesquisa privilegiado, em relação que se tornou ainda mais pertinente quando ao longo da pesquisa ela foi se evidenciando enquanto um “polo” agregador e dinamizador das demais. Já as pesquisas posteriores fazem parte do trabalho de doutoramento que se encontra em andamento, e foram realizadas, exclusivamente, na comunidade dos Jorges.



A observação participante envolveu nove (9) estadias na comunidade e alguns outros encontros fora dela, entre 2014 e 2021. A convivência cotidiana no espaço comunitário permitiu o acompanhamento dos processos produtivos, das formas associativas, das relações familiares e de vizinhanças, do exercício político e construção da cidadania, da luta por direitos e afirmação étnico-racial, entre outros aspectos. Os encontros em espaços fora da comunidade viabilizaram a observação de peregrinação religiosa, a participação na feira estadual da agricultura familiar e o envolvimento com um festival quilombola.

As entrevistas na comunidade dos Jorges aconteceram entre 2014 e 2020. Ao todo, abrangendo as pesquisas de mestrado e doutorado, foram realizadas dezessete (17) entrevistas, semiestruturadas e em profundidade, com 10 comunitários, seis (6) homens e (4) mulheres. Os critérios de escolha dos entrevistados variaram de acordo com a pesquisa, dado que tratavam de objetos distintos, embora inter-relacionados. De uma forma geral, buscou-se, através de metodologia de bola de neve, selecionar os interlocutores a partir de características representativas, como: a detenção da história comunitária; a participação no programa fomento florestal e produção de carvão vegetal; a participação no processo agrícola; a participação na produção beneficiada; a participação na associação comunitária; a incidência na pauta quilombola e a luta por direitos; entre outras. Com isso, apesar de basicamente todas as entrevistas, por serem semiestruturadas, terem questões em comum, continham também questões específicas a depender do lugar e história social da pessoa entrevistada.

Exclusivamente no contexto da pesquisa de tese, entre 2018 e 2019, foram promovidas três oficinas de produção compartilhada de conhecimento na comunidade dos Jorges, a saber: alinhamento de expectativas, registro da árvore genealógica e diagnóstico do processo agrícola. Sua execução e resultados foram de fundamental importância para o engajamento dos comunitários na pesquisa, levantamento de informações a partir do conhecimento local e desdobramentos sociopolíticos para além do âmbito da pesquisa.

## **5 A TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DOS JORGE: ANCESTRALIDADE, LUTA PELA TERRA E REPRODUÇÃO CONTRADITÓRIA**



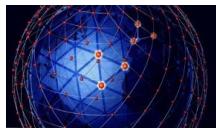
Para início de exposição, cabe assinalar que aqui estamos considerando como território a zona fria ou região de clima frio e a comunidade dos Jorge como uma das localidades que, não só compõe esse território, mas é ponto fundamental no seu desenvolvimento econômico, social e político.

A nível local, divise-se o município em duas zonas, a região de clima frio ou zona fria e a região de clima quente ou a zona quente. Essa divisão se evidenciou no curso do trabalho de campo, nos contextos de entrevistas e observação direta. Portanto, trata-se de uma categoria espacial êmica. A região de Clima Frio ou Zona Fria corresponde a parte Sul da delimitação municipal e comprehende o complexo hídrico da bacia do rio Suaçuí Pequeno, afluente do rio Doce. Além deste rio, esse território é banhado por seus tributários, rio Tronqueiras e ribeirão Água Branca. É nas adjacências deste último que se situa o córrego dos Jorges, cujas águas para lá vertem. A região de clima quente corresponde à parte Norte do município, comprehendendo a bacia do rio Suaçuí Grande, principal tributário da porção Norte do rio Doce.

A diferença dessas duas “regiões” não é somente edafoclimáticas, mas também socioeconômica e sociocultural. Na região de clima quente, encontram-se fazendas extensas, nas quais predominam a criação de gado bovino para ordenha e para corte. A produção de leite e queijos é bem expressiva nessa região, que tem uma organização espacial calcada nas médias e grandes fazendas. A região de clima frio, por outro lado, encontra-se a maior parte das plantações de eucalipto e as áreas da Cenibra<sup>5</sup>. A presença de comunidades campesinas ali é marcante. Essas comunidades organizam sua produção via combinação da agricultura (policultura) para autoconsumo, com plantações de eucalipto para a produção de carvão vegetal e de celulose.

Peçanha conforma territórios no domínio da Floresta Atlântica. Durante os séculos XVIII e XIX, enquanto ponto limiar que separava as “regiões das minas” dos sertões do Leste,

<sup>5</sup> A Cenibra (Celulose Nipo-brasileira) é uma empresa produtora de celulose branqueada de fibra curta, atuante na zona da Bacia do Rio Doce, na região leste de Minas Gerais. A sua fábrica, inaugurada em 1977 a partir de uma “Joint-Venture” entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Japan-Brazil Pulp and Paper Company – JBP, está localizada no município de Belo Oriente, a uma distância de 236 Km de Belo Horizonte, capital do estado. Em 2001, o controle integral da empresa passou para o exercício da Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co., Ltd. – JBP, que tinhyia como principais acionistas as empresas Oji Paper Co Ltd, Itochu Corporation e o Japan Bank for International Cooperation – JBIC (SIMAN, 2015). Em 2020 a Cenibra produziu cerca de 1.273.490 toneladas de celulose de fibra curta, das quais foram exportadas 98,0% do total, direcionada aos seguintes mercados: Ásia – 54,0%; Europa – 32,0%; América do Norte – 12,0%; América Latina – 1,0% (CENIBRA, 2021).



se constituiu como um núcleo de controle de fronteiras, a princípio de minerais e grupos indígenas e, posteriormente, de terras e florestas. Também fora área de refúgio de quilombos que ali se formaram e foram combatidos. Como região de fronteira, abrigou presídio para controle e repressão aos indígenas, quilombolas e contrabandistas. Para lá foram direcionados os chamados vadios, desclassificados da sociedade que se formara em torno do ciclo do ouro (ESPÍNDOLA, 2005, 2013; MELLO E SOUZA, 1982)

Para o impedimento de tráfego de pessoas e, sobretudo, dos recursos minerais sem o controle e taxação da coroa, foram expedidos, ao longo do século XVIII, uma série de normativas visando bloquear as passagens pelos Sertões do rio Doce (ESPÍNDOLA, 2005, 2013). No século XIX, no contexto de declínio do ciclo do ouro, quando as “zonas proibidas” do Leste foram abertas para ocupação e exploração econômica, Peçanha novamente se tornou peça chave nos sertões do rio Doce, mas, diferentemente do passado, concretizou-se instrumento de abertura, de domínio daquelas áreas e dos seus habitantes indígenas.

Nas primeiras décadas do século XX, o movimento populacional que atingira à região, desde o século XIX, se intensificou. Empreendendo a conquista territorial, populações negras e mestiças oriundas da região do Serro Frio<sup>6</sup>, tradicional centro minerador, ocuparam o ambiente florestal e paludoso da parte meridional do atual município de Peçanha. Num movimento de ruptura com um passado de submissão e expropriação direta, formaram territórios camponeses nos fundos dos vales, ali conhecidos por grotas.

Fundada por negros descendentes diretos de trabalhadores escravizados, a Comunidade dos Jorge, que leva o nome do seu primeiro genitor, é produto de um processo de deslocamento que se inicia em uma fazenda daquele Serro Frio, na década de 1930, e se encerra na Mata do Peçanha, no limiar da década de 1940<sup>7</sup>. Muitos fatores podem ter influenciado o deslocamento do grupo familiar que veio a formar a comunidade, mas um foi determinante: a situação de submissão e ausência de autonomia proveniente da falta de uma terra “própria” e familiar. O passado de violência, associado nas narrativas de comunitários aos antepassados, evidencia

<sup>6</sup> A cidade do Serro, núcleo principal da região do Serro Frio, fica a cerca de 130 km de Peçanha pela estrada de rodagem atual.

<sup>7</sup> Pelos relatos, saíram do Serro um grupo familiar de pelo menos oito pessoas, contando pai, mãe e filhos. A memória coletiva deixa a entender que o grupo seria maior, composto por outros parentes e trabalhadores parceiros.



uma memória social de controle sistemático dos seus corpos e trabalho, sofrimento e desumanidade em contexto de escravidão.

Ele contava que parente dele, povo dele, do pai dele e da mãe dele, trabalhava amarrado, trabalhava amarrado. E era assim, que ele contava[...]. Eu já tava com treze ano, eu punha aqui na mente e contava que os pais dele, os avós, trabalhava amarrado. E todo mundo comia amarrado, amarrado, marrado, marrado. [...] És sentava pra almoçá, por que tinha que sentar tudo encarrilhado assim, por que eles tava tudo amarrado né? Por que tava assim ó [...] no eito. Mas ninguém num tinha licença de um ir e o outro ficava não, todo mundo tinha que ir igual, e o carrasco ai com chibata na mão[...] Que és falava era chibata, chibata, não era chicote, nem nada não. Era chibata na mão, era chibata! Era um trem que, dessa largura assim, que se dasse com uma chibatada só, não precisava de dar duas. Ai sentado no eito, sentado ai e és só tinha licença de sentá, [pra] almoçar. Não conhecia hora extra não, num tinha hora extra não. Na hora que, antes de acabar de engolir a comida, todo mundo já tinha que tá de pé e fazer a oração. Por que na hora sentar pra almoçar tinha que fazer a oração, e na hora de levantar pra pegar o eito tinha que fazê a oração [...] (A-M, 79 anos, 2018).

Ainda após a abolição da escravidão, em maio de 1888, a privação de autonomia se perpetuava na ausência de acesso à terra de domínio próprio. Como assinala comunitários da terceira geração<sup>8</sup> da comunidade:

Ês vieram pra cá porque era assim. Eles era muito trabalhadô e ês gostava de procurá um lugar que fosse deles, pra ês trabalhá a vontade. Que ês era muito trabalhado. E vivia assim, mandado pelos patrões, né? É, ês vivia é mandado pelos patrões. Lá no Serro ês tinha é o patrão que mandava eles. (A-M, 75 anos, 2014).

Uai meu fio. Saiu por isso, porque o agregado era mesma coisa de cachorro, meu fi. O agregado era o seguinte, ele tinha que trabalhar um dia pra ele e cinco pro fazendeiro. Se ele não fosse, o fazendeiro vinha busca na casa dele. Vinha busca o agregado na casa dele. Então era aquela negoço [...] (A-H, 84 anos, 2018)

Da região do Serro Frio, até o assentamento definitivo em Peçanha, se passaram cerca de 10 anos. Não só pela distância, possivelmente cumprida a pé com suporte de burros de carga, mas também porque muitas foram as “paranças” em busca de terra para trabalhar. Destas se destaca a no município de São João Evangelista, onde nasceu parte da terceira geração, a exemplo dos comunitários do depoimento anterior, em que o grupo familiar viveu por cerca de 10 anos. Mas lá não haviam rompido com o passado de submissão, pois ainda continuaram vivendo nas terras do patrão. Continuaram comandados. “É, morava de agregado do Sô Levy.

<sup>8</sup> Não estamos considerando aqui as gerações a partir do seu nascimento na comunidade, mas a partir da união entre o primeiro genitor (que dá nome à comunidade) e a primeira genitora. Assim, considera-se esse casal como representantes da primeira geração, seus filhos como representante da segunda geração, seus netos como representantes da terceira geração e seus bisnetos como representantes da quarta geração da comunidade.



Sô Levy é que mandava. Como a diz, ês fazia o que ele mandava. Pois ês era comandado por esse fazendero. Eles tudo. É a famia toda” (A-M, 75 anos, 2014).

Todavia, as condições se mostraram mais oportunas do que as que conviveram no Serro, possibilitando o fortalecimento do grupo familiar, melhoria nas condições materiais de existência e estabelecimento de rede de relações que favoreceram o deslocamento e o assentamento definitivo em Peçanha. Em busca da terra familiar, chegaram nas proximidades do ribeirão Água Branca. A chegada nesse território de Mata Atlântica foi marcada pela adaptação num ambiente de povoação dispersa, de florestas densas e úmidas e áreas alagadas. Conforme tratado em Siman (2015), os depoimentos permitiram compreender três níveis de processos adaptativos, certamente não excludentes e eventualmente antagônimos. Primeiramente, deu-se o reconhecimento de um ambiente que apresentou suas restrições e impôs respeito. No segundo nível, a intervenção no ambiente se desenvolveu para criar as condições materiais de reprodução biológica e social. Finalmente, processou o manejo e uso dos recursos naturais existentes a partir da produção e reprodução de um saber coletivo.

Aí ês voltaro pra trás e buscaro a mudança, né? Nos animal. Voltaro pra trás, buscaro a mudança e daí já começaro a abrí, roçá, cortá cada mato. Que no terrero era mato. Mas era pau dessa grussura, no terrero. No terrero, que já era mata, mata assim, forte! E já começô já abrí, já começô abrí, já fez um aberto pra pudê panhá água. De panhá água que ês já cumeçô, já a tirá assim, a tabôa do reberão. Porque na hora que batia a foice assim, tremia dois, três metro assim, ô. E era água pura, era água pura. Ês abriu um posso pra pudê ês panhá água. E daí pra cá ês cumeçaro a trabaíá. [...] Começô a devorá, ês mesmo. Num punha trabaiadô, não. É porque não havia trabaiadô aqui, né? [...] Num cunhecia ningüém. Eles, a família. A família toda, a família. Cumeçô a devorá esse trem, começô roçá, quemá. Cumeçô prantá feijão, prantá milho, devorá um pedaço do brejo. Que era muito brejo, muito, muita água! E abri aquele trem. Valeta. Agora, rôgo no mei pra a água iscorrê e vim caí dentro do ribeirão. Caí dentro do riberão grande [...] O riberão grande começo de lá da onde [...] Começô e reberão de lá e vei vino, vei vino [...] Que é esse véi, que ainda tá aí ainda. Eles é que fizero. E foi abrino, foi abrino, foi abrino, até que chegô no rio. Na hora que chegô no rio, ês vortaro. E agora, já não abriro o caminho, já começô abri foi de certa artura pra cima pra podê secá e plantá o arroz. (A-M, 75 anos, 2014).

A partir do trabalho do grupo familiar, o ambiente foi paulatinamente sendo transformado, estabelecendo-se as formas de assentamento e de áreas de produção. Parte da floresta que ali estava foi dando espaço aos que chegavam. Pelos relatos, as intervenções primárias se estabeleceram em torno das limpas do terreno, da abertura de “clareiras”, de “vazios”, nas partes intermediárias dos vales, nem brejo, nem morro. Ali construíram as moradias e demais edificações, e a limpeza e secagem de algumas áreas alagadas, conhecidas



como brejos e várzeas, para a liberação de área úmida, plana e fértil para a agricultura. Assim, como intervenções mais necessárias à ocupação do lugar, se evidenciaram a modificação dos cursos d'água e as derrubadas de áreas florestais próximas às baixadas, relevo rarefeito naquele vale.

O primeiro passo foi, portanto, no sentido de construir as condições materiais de reprodução da família, fundamentadas na produção de gêneros alimentícios e construção de abrigos para as pessoas e para os mantimentos armazenados. Os recursos naturais do lugar, sobretudo os recursos florestais, foram fundamentais neste processo. Conforme guarda a memória coletiva, quase que unicamente as ferramentas de metais eram externas ao ambiente. A lenha, o barro e a folhagem, manejados pela força de trabalho coletivo familiar, viravam moradias, viravam paiol. Os recursos lenhosos se transformavam nos poucos utensílios que possuíam naquele contexto.

A estabilização do grupo familiar naquela porção do território Sul do município de Peçanha foi seguida de um progressivo aumento populacional e complexificação da organização em torno dos processos produtivos. Com o tempo, novos moradores foram se avizinhando. Alguns trabalhadores sem-terra foram incorporados à comunidade, como agregados. A modificação do ambiente para fins de abertura de áreas para lavoura e moradia se intensificou com o aumento populacional. O lugar, já como os membros da primeira, segunda e terceira geração pela sua pujança, tornou-se central nas adjacências do ribeirão Água Branca.

Esse é o córrego que esse povo abriu. Que tinha, era, tinha água mesmo. Água, mas água mesmo. Até que chegô lá no rio. Aí ês foi trabalhano, foi devorano, foi devorano. Com o poco a notícia des correu, que tinha um povo que tinha comprado aqui, e era um povo muito trabaiadô. Agora, vêi vino aquelas pessoas de longe. Vêi vino aquelas pessoas de longe, entendeno com eles, conheceno. Entendeno com eles, cunhecenno. Vêi, introsô no mei deles. Vêi vino, introsano. Já vei outro foi, já buscô outra famia. Já perguntô se pudia trazê, já vêi trazeno outra famia, e de outra famia, ficô aqui. Essa comunidade aqui virô um cumércio, que isso aqui era povoado mesmo [...] (A-M, 75 anos, 2014).

Daquele princípio da década de 1940 a meados da década de 1970, a comunidade dos Jorge, como passou a ser conhecida nas últimas décadas<sup>9</sup>, garantiu suas condições materiais de existência por meio da policultura, realizada a partir do sistema de corte-queima, também

<sup>9</sup> Anteriormente era conhecida como “Córrego dos Jorge”. Nesse sentido, córrego tinha, para além da dimensão ambiental e paisagística, uma conotação social e política, expressando o lugar de determinado grupo social.



conhecido como coivara, processado por meio de um trabalho coletivo que envolvia não só os membros da comunidade, mas também de localidades vizinhas, mais ou menos longínquas. As lavouras de milho, feijão e arroz mobilizavam extensa força de trabalho, variando de acordo com o gênero e com a etapa do processo de produção (capina, plantio, colheita). Mas era em torno atividades de capina, sobretudo para plantio de milho e feijão, que a mobilização da força de trabalho se dava de forma mais ampla e complexa. Era o domínio do mutirão<sup>10</sup>.

Embora houvesse criação de animais, esses eram poucos e se limitavam muito a animais de pequenos e médio porte, como aves e suíños. Os bovinos eram raros. Já os asininos eram mais presentes, mas, sem dúvida, limitados a alguns dos familiares responsáveis pela distribuição. A presença dos burros evidenciava a comercialização não só de excedentes das lavouras e colheitas principais, mas também de produtos produzidos especialmente para comercialização, como o tabaco. Embora houvesse comercialização, por décadas a comunidade teve uma dinâmica econômica muito pouco monetarizada, pois os produtos eram de baixo valor, assim como objetos de troca diretas.

Até a década de 1970, conforme sintetizado em Siman (2015), a organização do trabalho se deu por meio de quatro modalidades de combinação da força de trabalho: o trabalho intrafamiliar; o trabalho familiar parental comunitário; o trabalho familiar intracomunitário; o trabalho familiar intercomunitário.

Por trabalho intrafamiliar entende-se o trabalho realizado por membros de uma família nuclear no interior de sua unidade familiar. Por trabalho familiar parental comunitário entende-se o trabalho realizado em conjunto entre famílias nucleares com laços de parentesco em um determinado domínio familiar. Por trabalho familiar intracomunitário compreende-se o trabalho realizado em conjunto entre famílias nucleares sem laços de parentesco em um determinado domínio familiar, como os agregados, ou os posseiros ou proprietários que se situam na franja deste domínio. Finalmente, por trabalho familiar intercomunitário designa-se o trabalho conjunto realizado entre famílias nucleares de domínios distintos, envolvendo ou não laços de parentesco (SIMAN, 2015, p. 66).

<sup>10</sup> O mutirão se realizava por meio da troca de dias num sistema em que uma unidade familiar de produção, através do “chefe da família”, convocava a unidade vizinha. Por tratar-se de troca de dia, a unidade vizinha tinha de retribuir com o mesmo “volume” de trabalho, calculado por dia trabalho. Assim, se uma família dispendia 10 adultos em um mutirão para a capina nas terras de outras famílias, esta deveria retribuir com a força de trabalho equivalente à 10 adultos. Adaptava-se para crianças e mulheres. No caso destas, o trabalho de duas equivalia ao trabalho de um homem adulto, na troca de dias.



No processo de modernização conservadora da agricultura, com a constituição dos chamados complexos agroindustriais, principalmente a partir da década de 1970, a expansão das indústrias siderúrgicas e da indústria de papel e celulose em Minas Gerais, associadas ao crescimento demográfico e a concentração da estrutura fundiária, legou profundas transformações ao território da parte Sul do município de Peçanha, em um movimento marcado pelo desmatamento acentuado da floresta e sua substituição por monoculturas de eucalipto para a produção de carvão vegetal e de celulose. A destruição da floresta se deu de forma massiva, com métodos de grande potencial destrutivo, como o uso de trator de esteira com o correntão. A entrada das monoculturas de eucalipto para abastecimento da cadeia de papel e celulose, bem como a siderúrgica, inaugurou a experiência da vida em territórios cercados e ameaçados. Sobre o processo de substituição da floresta por cultivos arbóreos de eucalipto, um agricultor de uma comunidade vizinha dos Jorge relata:

Ah não. Aonde a Companhia, aí era mata. Aí era mata, mata virge. A companhia, quando ela entrava aí, tem uma área aqui, teve uma área aí até que já era da Cenibra. Já num era da Vale. [...] o Projeto Carona. [...]. Aí era mata virge. Ela roço lá era com aquele tratorão D8. Dois tratorão com uma corrente. Que que ela fez? Ela arrasou as mata de baixo a alto. E o que que ela fez de mau lá? Na área lá era é setenta e pouco alqueire de terra, [...]. Setenta e poco alqueire de terra no Projeto Carona. Ela roço a mata toda com o tratorão. Com a corrente. Marrou a corrente num trator e noutro e fez aquela quebra. Quebrou tudo, rancou os trem todo, depois juntô e plantô. Aonde é a reserva, que tinha que deixar a reserva, ela deixou fora da nascente, e da nascente e plantou eucalipto. Nessa fazenda lá, tinha três muinho de água. Tocava três muizim de água. A água secô e tem agua lá mais não. Secô. Tem água lá mais não (G-H, 59 anos, 2014).

Este movimento também envolveu o campesinato local. Com a demanda por carvão vegetal pela indústria siderúrgica, muitos agricultores passaram a produzi-lo, primeiramente a partir da floresta, e, num segundo momento, diante de constrangimentos e mudanças legais, por meios dos plantios de eucalipto. A produção de carvão vegetal a partir da floresta, em especial, é expressa nos relatos como a atividade que proporcionou uma maior intensidade nas relações de troca, sobretudo no que diz respeito às monetárias. Nesse sentido, esta atividade produtiva possivelmente corresponde à atividade que, no processo de formação econômica e social daquelas comunidades, acentuou o grau de monetarização na dinâmica produtiva e comunitária.

Já a produção de madeira em tora para produção de celulose, a partir de plantações de eucalipto, foi concomitante ao movimento de crescimento da produção de carvão vegetal, mas, até pelo menos o início da década de 1990, encontravam-se essencialmente nas extensas áreas



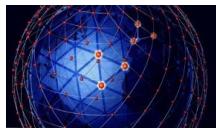
de propriedade da empresa Cenibra, sendo incorporado na dinâmica produtiva destas comunidades somente na última década do século XX.

O período que se inicia na segunda metade da década de 1970 e se mantém até os dias atuais se conforma enquanto um tempo de transformações agroambientais e socioespaciais profundas e rápidas diante da exploração dos recursos naturais existentes decorrentes do crescimento populacional e da crescente demanda por carvão vegetal e madeira em tona para abastecimento das cadeias da siderurgia e de papel e celulose. As relações de produção tornaram-se mais verticais. As condições de reprodução social construídas durante o período anterior, fundamentadas na policultura, no sistema de coivara e no extenso trabalho coletivo, passaram a ser insuficientes frente às novas exigências econômicas e circunstâncias ecológicas. A migração definitiva e sazonal de parte dos moradores se intensificou<sup>11</sup>, complexificando e ampliando os fluxos de pessoas, trabalhos e objetos. Para lembrar Milton Santos, inauguram-se, neste contexto, novas solidariedades, nas quais o acontecer hierárquico ganha vulto na interação com os aconteceres da contiguidade espacial.

A partir da década de 1980, determinadas unidades familiares da comunidade começam a plantar o eucalipto, mas, foi em especial a partir do início dos anos 2000 que, com a expansão do Programa Fomento Florestal<sup>12</sup> da Cenibra, esses plantios se difundiram na paisagem do lugar. Tornando-se, paulatinamente, o principal processo econômico da comunidade, o Fomento Florestal passou a conviver com os demais, enfraquecendo-os, mas não os dizimando. Os aconteceres homólogos e complementares são novamente enfraquecidos diante do recrudescimento do acontecer hierárquico. Mas não subsumidos. Enquanto os plantios de eucalipto passaram a ocupar as partes altas e intermediárias dos terrenos, as partes mais baixas se mantiveram moradas das lavouras de milho, feijão e mandioca, enquanto nas partes alagadiças perpetuaram as lavouras de arroz e os plantios de hortaliças, batatas, abóboras e

<sup>11</sup> Tanto a migração sazonal como as definitivas desencadearam fluxos muitas pessoas para grandes centros, como Belo Horizonte e Ribeirão Preto, e também para sede municipal de Peçanha.

<sup>12</sup> O Fomento Florestal se constitui enquanto uma relação econômica formalizada através de um contrato de compra e venda, onde produtores de base familiar ou não cultivam eucalipto — matéria prima base da produção de celulose — em suas terras, tornando-se responsáveis pela coordenação de todo o processo produtivo (plantio, trato, colheita, transporte) e comprometendo-se a vender de 95 e 97 por cento dos produtos estimados da colheita à empresa. No caso deste estudo, trata-se da multinacional japonesa Celulose Nipo Brasileira S.A – Cenibra.



inhames. Para autoconsumo ou comercialização, mas sempre realizadas na contiguidade espacial.

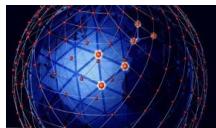
Com o tempo, as relações de trabalho se modificaram, mantendo determinados elementos, como a troca dia, mas, porém, se realizando com menor abrangência e intensidade. Não mais se trocava o dia do grupo familiar, como antes, mas dos indivíduos. Novos atores, como os diaristas, foram incorporados aos arranjos de força de trabalho nos processos produtivos, sobretudo nos processos associados às plantações de eucalipto para fins industriais. Como assinalado em Siman (2015), percebe-se, então, outras modalidades de combinação de força de trabalho: trabalho intrafamiliar; trabalho semi-interfamiliar comunitário; trabalho semi-intercomunitário.

Como *trabalho intrafamiliar* entende-se a combinação da força de trabalho no interior da família nuclear, que acaba por se traduzir numa força de trabalho familiar[...] A modalidade caracterizada como *trabalho semi-interfamiliar comunitário* é aqui entendida como a combinação de parte da força de trabalho de uma unidade familiar, - isto é, determinadas forças de trabalho no interior de uma família nuclear - com a totalidade ou parte da força de trabalho de outra familiar nuclear, com relações de parentesco ou não, no interior de uma determinada comunidade[...] A modalidade *trabalho semi-intercomunitário*, se comprehende como a combinação entre a força de trabalho familiar de determinada unidade familiar de dada comunidade com a de outras comunidades ou povoados, mais ou menos próximos, sendo ou não familiar, com relação ou não de parentesco (SIMAN, 2015, p. 129).

A “integração” com as cadeias siderúrgicas e de papel e celulose desencadearam novas solidariedades, verticalizando as relações de produção no território, ampliando e intensificando a superexploração da força de trabalho e da natureza<sup>13</sup>, mas convivendo com os demais processos econômicos, como a policultura e o deslocamento para fins laborais.

A dimensão da superexploração da força de trabalho da família camponesa, imanente ao processo do Fomento Florestal, fica reluzente nos cálculos de rendimento dos produtores. Os relatos deixam em evidência que os custos de produção abrangem somente os gastos relativos à contratação de força de trabalho (extrafamiliar) e de transporte. Nesse sentido, a maior parte do processo produtivo, isto é, capina e plantio, é desprezada nos cálculos, considerando-se somente os custos de atividades executadas em torno do corte e comercialização. Portanto, não são contabilizados, pelos produtores, nem o trabalho familiar,

<sup>13</sup> Ver Marini (2005), Leff (2009); Delgado (2012).



nem a renda da terra. Como o valor não se perde no ar, alguém se apropria dele. Sem dúvida alguma, a maior parte, a compradora do produto. Este quadro se agrava quando, em 2018, há mudanças na política contratual do Programa Fomento Florestal, que passa a exigir a contratação de empresas especializadas para a realização do corte e transporte da madeira, substancialmente executado, anteriormente, pelos produtores “fomentados”. Isso acarretou um maior custo de produção e inviabilizou a apropriação de valores, que passam a ser transferidos à empresa contratada ao invés de ser apoderado pelo o grupo familiar e vizinhança, como convencionalmente era feito até então.

No que tange à superexploração da natureza, não obstante as diversas controvérsias em torno dos impactos das monoculturas de eucalipto, que também se refletem nos depoimentos divergentes do campesinato pesquisado, vários estudos evidenciam não só as percepções de moradores dos territórios em relação aos danos provocados pelas monoculturas às águas e aos solos, mas, também, o quanto é um manejo fortemente dependente de agroquímicos, como fertilizantes, fungicidas, formicidas, cupinicidas, herbicidas, entre outros. Na comunidade dos Jorge, é crescente a percepção de que a redução da disponibilidade hídrica está relacionada com a ampliação das áreas de cultivo de eucalipto.

Todavia, se por um lado, diante da especialização produtiva que o território foi “alvo” - sendo incorporado a duas gigantes cadeias produtivas mundiais, trazendo, portanto, as verticalidades da economia mundial -, as horizontalidades se fazem presentes, não só na realização da produção pensada de “fora”, mas também da produção forjada a partir dos interesses locais para abastecimento das necessidades das pessoas do lugar.

A racionalidade universalista das verticalidades não foi suficientemente forte para apagar a racionalidade local das horizontalidades, sua valorização da diversidade, da proximidade, da vizinhança, da endogenia e autonomia. As estratégias de reprodução, onde interagem forças centrífugas e centrípetas, vão além da “integração” às cadeias mundiais.

Tendo abrigado os fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Peçanha, na década de 1970, e sediando uma das mais potentes associações comunitárias do território da zona fria de Peçanha, as unidades domésticas da comunidade conjugam a produção de toras de eucalipto e de carvão vegetal à produção agrícola, e também com os deslocamentos temporários e permanentes para trabalho assalariado. Em busca de autonomia, ainda que relativa, a produção



agrícola se mantém policultora. O quadro a seguir apresenta parte da diversidade de gêneros e variedades que são cultivados na comunidade.

Quadro 1 - Diversidade de parte dos gêneros e variedades produzidos na comunidade dos Jorges

Gênero	Variedade
Milho	- Agroceres (híbrido) - Santa Helena - Palha Roxa - Palha Branca - Priorize - Milho Alho
Arroz	- Mlatão - Mlatinho - Mês de Abril - Sequeiro
Feijão	- Preto - Carioca - Roxinho - Ferro - Jalo - Roxão - Sangue de Boi - Grosso - Corda Miúdo - Feijão de Vagem
Fava	- Branca - Roxa - Vermelha - Marrom - Pintadinha
Mandioca	- Cacau - Espora - Amarelo - Mlatinho - Mandiocaju - Põe mesa - Pele de Urubu
Inhame	- Roxão - Chinezim - Chinezão - Preto - Branco - Rosa - Japonês - Capixaba - Mangarito
Batata	- Semente - Roxa - Amarela



	<ul style="list-style-type: none"><li>- Branca</li><li>- 60 dias</li></ul>
Abóbora	<ul style="list-style-type: none"><li>- Jacarequinha</li><li>- Japonesa</li><li>- Menina</li><li>- Brasileira</li><li>- Sol da Tarde</li><li>- De árvore</li><li>- Moranga</li><li>- Mugango</li><li>- D'água</li></ul>

Fonte: (Trabalho de Campo, 2019).

A diversidade da produção agrícola possibilita uma dinâmica de autoconsumo significativamente relevante no quadro nutricional e econômico das famílias. Nesse sentido, é comum situações em que numa ceia diversa, composta por arroz, feijão, legumes, verdura e macarrão, apenas este último seja de fora da unidade doméstica ou da comunidade, o que evidencia a segurança alimentar e nutricional da família. Essa diversidade, garantida sobretudo pelo trabalho das mulheres nos quintais e hortas, é também um importante ativo no acesso às políticas públicas de abastecimento alimentar. É nesse sentido que, através da Associação Comunitária dos Jorges de Água Branca, agriculturas e agricultores, da comunidade e vizinhanças, comercializam frequentemente seus excedentes no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), numa típica interação entre acontecer complementar e hierárquico.

A diversidade não está só no domínio vegetal, mas também da produção beneficiada. mulheres e homens associados também produzem uma série de produtos, como quitandas, melado, doces, temperos, corantes, conservas, requeijão, entre outros, comercializados a partir da marca Vovó Kalu, progenitora da comunidade e avó e bisavó de muitas das produtoras. Esses produtos são comercializados na feira local e nas várias atividades em que a associação é convidada ou incentivada a participar, como a Agriminas, em Belo Horizonte, e eventos do movimento quilombola e da empresa Cenibra.

## **6 À GUISA DE CONCLUSÃO**

O processo de formação da comunidade dos Jorge, uma localidade constituinte do território da zona fria do Município de Peçanha, permite exercer uma série de interlocuções



entre o global e o local, de sua origem até os dias de hoje. A formação da comunidade é marcada por trajetórias que remontam a desterritorialização, territorialização e reterritorialização, desde o continente africano até o americano. Vários aspectos constituintes desse processo, como o tráfico transatlântico, o ciclo do ouro, a abertura das fronteiras dos sertões do Leste e, por fim, a especialização produtiva do território de clima frio e sua inserção na lógica de reprodução das cadeias de siderurgia e de papel e celulose, marcaram a experiência do grupo familiar originário e da comunidade que ele gerou, tal como sua relação com o mundo, com o global.

A relação sociedade-natureza, mediada pelo trabalho e suas técnicas, formaram o pano de fundo dessa relação. Por meio do trabalho, o grupo familiar e a comunidade foram e são subordinados, e, por meio do trabalho, se libertaram e se libertam. O paradoxo do desenvolvimento territorial, que conflui antagonismos e colaborações no processo de acumulação de capital, se explicita no continuo movimento de formação da comunidade dos Jorge.

As transformações da economia de Minas Gerais, a partir do declínio do ciclo do ouro, modificaram as relações com o mercado mundial, o que refletiu nas estratégias de dominação dos sertões do Leste e na abertura de sua fronteira. No Serro Frio, as relações de parentesco, construídas no interior de uma fazenda no período pós-abolição, criaram as condições necessárias para uma ruptura com o passado de subordinação e a busca de uma “terra familiar”, de um lugar de história própria. Essas mesmas relações de parentesco, potencializadas pelas relações de vizinhança, fizeram na comunidade da Mata do Peçanha um núcleo pujante. Anos depois, com as reconfigurações associadas à internacionalização da economia brasileira, do projeto autoritário e conservador de nação do regime militar, que uniu a cidade e o campo em torno dos chamados complexos agroindustriais, a região do médio rio Doce e nela, o território da zona fria de Peçanha, foi atravessada pelos interesses e comandos exógenos das cadeias mundiais da siderurgia e de papel e celulose. A comunidade, com o tempo, passou a ser ponto constituinte das cadeias.

Não obstante, as verticalidades deste movimento e suas forças desagregadoras, hierárquicas e universalizantes, potências agregadoras, expressas nas relações de parentesco e vizinhança, e num conjunto de conhecimentos e saberes localizados, constituíram as horizontalidades teimosas, resistentes. As evidências estão na manutenção e no melhoramento



de cultivares tradicionais, na própria organização socioespacial da produção e nas associações sociopolíticas endógenas.

Se, por um lado, a comunidade desenvolveu uma série de estratégias que a manteve socialmente articulada e materialmente sustentável, por outro, as transformações agudas no ambiente, em seus recortes regionais e locais, trouxeram sérias consequências ambientais. Isso, atualmente, impõem para a comunidade a criação de outros tipos de formas de se relacionar com o ambiente e com os diversos agentes que nele estão em interação, seja em perspectiva econômica ou sociopolítica. A recente emergência do debate sobre os direitos étnicos e territoriais das comunidades remanescentes de quilombos “nos Jorge” é um movimento que talvez aponte nesse sentido. Mais uma força localizada de diálogo e confronto com a globalidade.

## REFERÊNCIAS

AMIN, S. **La acumulacion a escala mundial:** critica a teoria del subdesenvolvimento. Madrid: Siglo veintiuno, 1976.

AUGÉ, M. **Não lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. 8. ed. Campinas: Papirus, 2010.

CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S/A. Relatório de Sustentabilidade 2020. [s.l] : CENIBRA, 2021.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDHAL, Z.; CORRRÊA, R. L. (org). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: UERJ, 1999, p. 149-168.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DIRLIK, ARIF. Place-based imagination: globalism and the politics of place in Prazniak. In: ROXANN; DIRLIK (Eds). *Places and Politics in na age of globalization.* Nova Iorque: Roman and Littlefield, 2000.

ESPÍNDOLA, Haruf. S. **Sertões do Rio Doce.** São Paulo: EDUSC, 2005.

ESPÍNDOLA, H. S. Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste. In: RESENDE, M. E. Lage. de; VILALTA, L. C. **A província de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 51-70.



ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.133-168.

FANON, F. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FRANK. André Gunder. **Acumulação mundial: 1492-1789.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução de. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [s.l]:[s.n], 2006.

LEFF, H. Subdesenvolvimento e degradação ambiental. In: LEFF, H. **Ecologia, capital e cultura:** territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI; STEDILE. **Ruy Mauro Marini:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **A origem do capital:** acumulação primitiva. São Paulo: Global, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO e SOUZA, Laura. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Global: Rio de Janeiro, 1982.

QUILOMBO DE PEÇANHA. In: MOURA, C. **Dicionário da escravidão negra no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2013, p. 304.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática S.A, 1993.

RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n.17, p. 79-94, 2005.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EdUSP, 2005.

SANTOS. M. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2006.



SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMAN, F. M. **Nas Matas de Peçanha:** campesinato e fomento florestal no processo de mudança agroambiental. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

WOLF, E. R. **A Europa e os povos sem história.** São Paulo: EDUSP, 2005.